



**ETNIA INY-KARAJÁ DURANTE A
DITADURA MILITAR: PROJETO DE
ESQUECIMENTO**

**THE INY-KARAJÁ ETHNIC GROUP DURING THE
MILITARY DICTATORSHIP: A PROJECT OF
FORGETTING**

**LA ETNIA INY-KARAJÁ DURANTE LA
DICTADURA MILITAR: PROYECTO DE OLVIDO**

**MARIA EDUARDA OLIVEIRA¹
POLIENE SOARES DOS SANTOS BICALHO²**

RESUMO

Na História do Brasil, o desenvolvimento da economia capitalista está profundamente atrelado ao sacrifício de direitos indígenas em face aos interesses políticos e econômicos, no qual determinados períodos históricos, como a colonização, a *Marcha para o Oeste* e a Ditadura Civil-Militar, representam os principais eventos que marcam a devastação dos territórios indígenas. Nas regiões mais centrais, como no estado de Goiás, a escassez de fontes documentais e a falta de profundidade dos documentos existentes impõem um “esquecimento” sistematizado das populações indígenas da memória goiana, a partir da expansão da economia capitalista sobre os territórios das populações originárias. Os fatores relativos ao “desenvolvimento” e à “modernização” do Cerrado desconsideram a presença milenar das populações indígenas, bem como a sua relação com a terra, elemento central dessa disputa, em que de um lado a existência indígena é indissociável deste elemento e, de outro, historicamente, é um recurso de suma importância para a economia capitalista. Nesse sentido, ao atribuir ao indígena, e ao seu modo de vida tradicional, a condição de entrave ao “desenvolvimento”, retirando-o de seu território de forma organizada e articulada, o processo de “esquecimento” pode ser observado enquanto um projeto sistematizado de nulificação do protagonismo indígena na História de Goiás, ou, quando muito,

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás; Especialista em Ciências Humanas e Sociais e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER/UEG). E-mail: me.eduardaoliv@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/9427889934728817>. ORCID:

² Doutora em História Social pela Universidade de Brasília; Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, na Unidade de Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG. E-mail: poliene.bicalho@ueg.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/8387718307836391>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8324-8743>.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Maria Eduarda;
BICALHO, Poliene Soares dos Santos.
Etnia *Iny-Karajá* durante a Ditadura Militar: projeto de esquecimento. **Revista de Direito Socioambiental - REDIS**, Goiás – GO, Brasil, v. 02, n. 02, jul./dez. 2024, p. 47-63.

Data da submissão:
24/07/2024

Data da aprovação:
09/11/2024



considera-o apenas na história pretérita, portanto, um *status* a ser superado. O presente artigo, como parte dos estudos de uma dissertação de mestrado, busca apresentar os resultados parciais até então levantados acerca da história indígena *Iny-Karajá* em Goiás, a partir da premissa de um projeto sistemático de “esquecimento”, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Palavras-chave: Esquecimento. *Iny-Karajá*. Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

In the history of Brazil, the development of the capitalist economy is deeply intertwined with the sacrifice of indigenous rights in the face of political and economic interests. Certain historical periods, such as colonization, the March to the West, and the Civil-Military Dictatorship, represent major events that mark the devastation of indigenous territories. In more central regions, such as the state of Goiás, the scarcity of documentary sources and the lack of depth in existing documents impose a systematic 'forgetting' of indigenous populations from the memory of Goiás, due to the expansion of the capitalist economy over the territories of indigenous populations. Factors related to the 'development' and 'modernization' of the Cerrado disregard the millennia-old presence of indigenous populations and their relationship with the land, a central element of this dispute. On one side, indigenous existence is inseparable from this element, while on the other side, historically, it is a resource of utmost importance to the capitalist economy. In this sense, by attributing to the indigenous people and their traditional way of life the condition of an obstacle to 'development,' and by removing them from their territory in an organized and articulated manner, the process of 'forgetting' can be observed as a systematic project to nullify indigenous protagonism in the history of Goiás, or at best, considers it only in the past, thus a status to be overcome. This article, as part of a master's thesis study, seeks to present the partial results obtained so far regarding the *Iny-Karajá* indigenous history in Goiás, based on the premise of a systematic 'forgetting' project during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985).

Keywords: Forgetting. *Iny-Karajá*. Civil-Military Dictatorship.

RESUMEN

En la historia de Brasil, el desarrollo de la economía capitalista está profundamente ligado al sacrificio de los derechos indígenas frente a los intereses políticos y económicos, en los cuales ciertos períodos históricos, como la colonización, la Marcha hacia el Oeste y la Dictadura Civil-Militar, representan los principales eventos que marcan la devastación de los territorios indígenas. En las regiones más centrales, como en el estado de Goiás, la escasez de fuentes documentales y la falta de profundidad de los documentos existentes imponen un “olvido” sistematizado de las poblaciones indígenas de la memoria goiana, a partir de la expansión de la economía capitalista sobre los territorios de las poblaciones originarias. Los factores relacionados con el “desarrollo” y la “modernización” del Cerrado desconsideran la presencia milenaria de las poblaciones indígenas, así como su relación con la tierra, elemento central de esta disputa, en la que de un lado la existencia indígena es inseparable de este elemento y, por otro lado, históricamente, es un recurso de suma importancia para la economía capitalista. En este sentido, al atribuir al indígena y a su modo de vida tradicional la condición de obstáculo al “desarrollo”, retirándolo de su territorio de forma organizada y articulada, el proceso de “olvido” puede ser observado como un proyecto sistematizado de nulificación del protagonismo indígena en la historia de Goiás, o, como mucho, considerándolo solo en la historia pretérita, por lo tanto, un estatus a ser superado. Este artículo, como parte de los estudios de una tesis de maestría, busca presentar los resultados parciales hasta



ahora levantados acerca de la historia indígena Iny-Karajá en Goiás, a partir de la premisa de un proyecto sistemático de “olvido” durante la Dictadura Civil-Militar (1964-1985).

Palabras clave: Olvido. Iny-Karajá. Dictadura Civil-Militar.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento político-econômico do Brasil está intrinsecamente ligado à luta e resistência das populações indígenas ao longo de sua história. A partir do início da colonização, até os tempos contemporâneos, as políticas e práticas adotadas em nome do progresso muitas vezes resultaram na marginalização e no “esquecimento” sistemático das comunidades indígenas em todo o país. No estado de Goiás, esse processo é bastante evidente, tendo em vista a carência de fontes documentais – específicas dos indígenas de Goiás no período da Ditadura Civil-Militar – e a falta de profundidade nos registros históricos, que contribuíram para um silenciamento da memória e da cultura das populações indígenas.

O presente artigo parte de um estudo mais amplo, na elaboração de uma dissertação de mestrado em vias de finalização, e se propõe a apresentar os resultados parciais de uma investigação sobre a população indígena *Iny-Karajá* em Goiás, com foco especial no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Durante este período sombrio da história brasileira, as comunidades indígenas foram particularmente afetadas por políticas de assimilação forçada, deslocamento e violência, que visavam a exploração econômica de seus territórios e, com isso, promoveram a negação de sua identidade e cultura.

Este artigo será estruturado em três tópicos principais. No primeiro, será explorada a história e a realidade contemporânea do povo *Iny-Karajá* em Goiás, destacando seus desafios, aspectos de sua cosmogonia e sua luta e resistência. No segundo tópico, será abordada a expansão capitalista durante a Ditadura Militar e as consequências específicas às populações indígenas em Goiás, analisando as políticas governamentais e os impactos sobre essas comunidades. Por fim, no terceiro tópico, será discutida a questão do território indígena e o projeto de esquecimento/silenciamento, explorando como as políticas históricas e contemporâneas contribuíram para a marginalização contínua e a invisibilidade dessas comunidades na narrativa histórica e documental do estado.

Por meio dessa análise, busca-se contribuir para uma compreensão mais abrangente da realidade histórica das comunidades indígenas em Goiás, bem como para o reconhecimento e valorização de sua cultura, identidade e direitos territoriais. Através do resgate e visibilização de

suas histórias e lutas, espera-se fortalecer o processo de construção de uma visão mais coerente acerca da realidade e protagonismo histórico das populações indígenas.

Antes de iniciar a discussão, é necessário fazer uma ressalva em relação ao termo “esquecimento”. Ele foi empregado nesta pesquisa de modo a dar ênfase ao silenciamento histórico e a invisibilização das populações indígenas na consciência goiana e na documentação oficial, sobretudo, no que tange à expansão da economia capitalista sobre os territórios indígenas. Ao serem postulados como “vazios demográficos”, e apontados como áreas de interesse e potencial econômico, promove-se uma cultura do “esquecimento/silenciamento”, negligenciando a milenar presença indígena nesse território e sua intrínseca relação com a terra.

1 O POVO INY-KARAJÁ

Os *Iny-Karajá*, milenares habitantes das margens do Rio Araguaia (*Berohoky*, para este povo), bem antes da chegada dos colonizadores, têm em seu território a base central de sua sobrevivência e cultura (Medrado, 2021). No entanto, o processo colonizador resultou na expropriação de suas terras e na imposição de uma lógica mercadológica que afetou profundamente suas vidas. As incursões colonizadoras, motivadas pela busca de riquezas e mão de obra, começaram no século XVI, com bandeirantes paulistas e amazônicos, além de religiosos e cronistas europeus, adentrando o Brasil Central. Quando as primeiras frentes colonizatórias alcançaram o Rio Araguaia, desencadeou-se um contato constante entre os *Iny-Karajá* e os colonizadores, que trouxe diversas consequências negativas aos nativos (Portela, 2006; Lima Filho, 2006; Nunes, 2016, p. 55).

A partir de 1513, os primeiros empreendimentos coloniais em direção ao Rio Araguaia foram motivados pelo imaginário europeu acerca de riquezas e lugares míticos no Brasil, conforme observado por Ferreira (1960). Essa crença foi reforçada por incursões como as de Gândavo e Brandão, em 1576 e 1618, respectivamente, as quais ampliaram a convicção na existência de tesouros já delineados nos mapas portugueses do século XVI, onde o Rio Araguaia era designado como Rio Paraupava (Portela, 2006).

Nesse sentido, no início do século XVII, duas correntes de colonização penetraram no Vale do Araguaia. De acordo com Nunes (2016), os Jesuítas navegaram rio acima a partir de Belém, enquanto bandeirantes paulistas desceram o rio em busca de ouro e da captura de indígenas. Esse momento marca o início do contato frequente dos *Iny-Karajá* com os colonizadores, resultando na redução gradual e violenta de seu território tradicional para atender aos interesses dos invasores (Medrado, 2021).

A relação simbiótica entre os *Iny-Karajá* e o rio vai além do aspecto geográfico, permeando sua cultura e cosmovisão (Amorim, 1973; Souza e Calçavara, 2016; Medrado, 2021). A

história desses povos é intrinsecamente ligada ao Rio Araguaia, cuja importância transcende o mero curso d'água, sendo um símbolo de resistência e continuidade cultural. Mesmo enfrentando desafios como a ocupação de suas terras, os *Iny-Karajá* permanecem próximos ao rio, perpetuando sua cultura e identidade, em conexão com a natureza (Rapkiewicz, 2018).

De acordo com a cosmogonia *Iny-Karajá*, as comunidades residiam nas profundezas do rio e de lá se originaram. Nesse ambiente submerso, encontravam todos os recursos necessários para sobreviver, experimentando um estado livre de dor, maldade ou sofrimento. Contudo, em determinado momento, um membro da comunidade descobriu uma passagem que levava à superfície, revelando um mundo além das águas do rio. Após compartilhar suas descobertas com a comunidade, os povos aquáticos decidiram migrar para a terra firme. O aventureiro indígena, conhecido como Ioló, ao emergir novamente da água, deparou-se não apenas com animais e frutas, mas também com a presença da morte e do sofrimento. Segundo o mito *Iny-Karajá*, Ioló retornou ao seu local de origem e se transformou em um espírito das águas, assumindo o papel de guardião de seu povo (Medrado, 2021).

Portela (2006) argumenta que os *Iny-Karajá*, ao emergirem para a superfície, perceberam a oportunidade de mobilidade que não tinham em seu ambiente subaquático anterior. No entanto, essa transição também trouxe a consciência da mortalidade, simbolizada pelos "troncos secos" vistos ao saírem da dimensão subaquática. Segundo a visão dos *Iny-Karajá*, essa experiência resultou em uma divisão entre aqueles que desejavam permanecer na dimensão subaquática e os que optavam por habitar a superfície. Alguns indivíduos tentaram retornar às profundezas, sem sucesso, sendo transformados em peixes Aruanã, o que explica a proibição desses peixes na dieta alimentar desses povos.

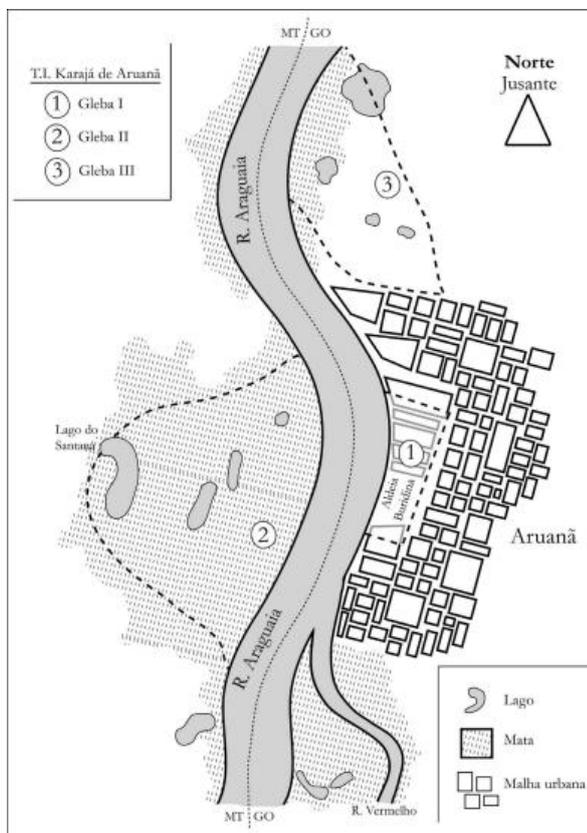
Atualmente, dispersos pelas regiões centrais do Brasil, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins, os *Iny-Karajá* constituem uma comunidade diversificada, com cada aldeia carregando suas próprias particularidades socioculturais. Essa variedade reflete a multiplicidade de experiências e estilos de vida encontrados em suas diversas localidades. É importante ressaltar que a designação "karajá" não é a autodenominação original dos *Iny*, mas sim uma etiqueta linguística Tupi adotada após o contato com o povo Tapirapé, que historicamente habitou e ainda habita a região do Brasil Central (Rapkiewicz, 2018). Na língua *Iny-Karajá*, eles se autodenominam "*Iny*", expressão que significa "nós humanos". Essa autodenominação evidencia a valorização da coletividade e a identidade intrínseca do grupo, destacando a interconexão entre seus membros.

Conforme observado por Rapkiewicz (2018), a família *Iny* é composta por três subgrupos autodenominados: *Iny Berohokÿ Mahãdu* (Karajá), *Iny Iwo Mahãdu* (Javaé) e *Iny Ixÿbiòwa Mahãdu* (Xambioá), todos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Embora compartilhem uma origem

comum, esses subgrupos falam dialetos ou línguas distintas, ainda que sejam mutuamente inteligíveis. Segundo Rapkiewicz (2018), ao longo da história, os *Iny-Karajá* se estabeleceram nas margens do rio Araguaia, distribuindo-se desde a cidade de Aruanã, em Goiás, até o noroeste do estado do Tocantins, onde as comunidades do subgrupo Xambioá estão localizadas. Esses povos habitam principalmente a porção territorial do Araguaia a partir da Ilha do Bananal, incluindo o braço esquerdo do rio. Enquanto isso, os Javaé, preferencialmente, ocupam o braço direito do Araguaia, conhecido como Javaé. O terceiro grupo, os Xambioá, também chamados de Karajá do Norte, reside na região da vazante do rio, ao norte da Ilha do Bananal, no estado do Pará.

O povo *Iny-Karajá* de Goiás, que reside na cidade de Aruanã, encontra-se dividido em duas Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. A primeira, chamada Buridina, está localizada na Terra Indígena I, situada no centro de Aruanã, abrangendo uma área de 14 hectares, que é o foco de estudo da pesquisa atual. A segunda, conhecida como TI III, *BdèBure*, compreende as Glebas I e III conforme ilustrado no Croqui 1, abarcando uma extensão de 705 hectares. Embora essas terras sejam utilizadas principalmente para atividades agrícolas, é importante destacar que sua vegetação original foi significativamente impactada, sobretudo devido à expansão das pastagens (Silva; Lima; Nazareno, 2019).

Croqui 1: Localização das Terras Indígenas do povo *Iny* do estado de Goiás.



Fonte: Nunes, 2013, p. 137

A conquista legal e jurídica da regularização desses territórios como Terras Indígenas tradicionais na década de 1990 foi de extrema importância para garantir a base da sobrevivência material e imaterial das culturas desses povos. No entanto, esse marco não representou o fim da luta e resistência dos *Iny-Karajá* pela preservação de seu território ancestral. Durante esse processo, ocorreu uma significativa fragmentação e restrição do território historicamente ocupado por esse povo (Silva; Lima; Nazareno, 2019).

Segundo Silva e Lima (2017), a intensa ocupação dos espaços na cidade de Aruanã, sobretudo devido às atividades turísticas, desencadeou mudanças significativas no cenário de vida tradicional desses povos. Um exemplo disso é a construção de um guarda-barcos sobre o cemitério tradicional, visando apenas interesses comerciais e sem a devida autorização dos indígenas. Além disso, a presença de escolas, ruas e casas dentro do território já fragmentado, destinado a esse povo, é evidente. Esses acontecimentos demonstram como os interesses econômicos continuam a infringir o direito à vida e a prejudicar o uso dos territórios indígenas em Aruanã, resultando em intensas ressignificações socioculturais, quase nunca desejadas, nessas relações (Silva e Lima, 2017, p. 161-162).

Nesse sentido, é necessário analisar como o desenvolvimento econômico de Goiás, condicionado pela expansão capitalista, agravou a condição de vida desse povo indígena. Em determinados momentos da história do Brasil tais fatores foram mais intensos, como no Período Colonial e, mais recentemente, na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. Esses dois momentos históricos representam períodos de extrema resistência das populações indígenas em defesa de seus territórios e de sua cultura. O próximo tópico discute acerca das consequências impostas aos indígenas em Goiás, a partir da predatória expansão capitalista durante o período ditatorial.

2 EXPANSÃO CAPITALISTA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS ÀS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM GOIÁS

Durante a História do Brasil, sobretudo no Período Colonial, as populações indígenas e os povos africanos vivenciaram algumas experiências em comum quanto aos seus destinos históricos frente ao processo de expansão da economia capitalista. Além de enfrentarem a escravidão, a retirada forçada de suas terras e a exacerbada violência luso-brasileira, esses povos resistiram e lutaram pela sua existência e identidade, mesmo tendo seus símbolos religiosos e elementos culturais perseguidos pelos colonizadores. No continente africano, para algumas etnias, a árvore Baobá é sagrada, sendo considerada a árvore da vida, da memória ou do esquecimento. Sabendo desse aspecto singular, os colonizadores faziam o “rito do esquecimento”, obrigando os indivíduos

a serem escravizados e a darem voltas na árvore, simbolizando o esquecimento de suas culturas e histórias.

Assim como os europeus impuseram o "rito do esquecimento" aos africanos escravizados, que os 'obrigava' a esquecer suas raízes culturais e históricas sob o jugo da escravidão, também vemos um paralelo com o processo de esquecimento e silenciamento das populações indígenas no contexto brasileiro. Da mesma forma que o baobá, símbolo de resistência e memória na cultura africana, foi suprimido pelos colonizadores como uma forma de subjugar e apagar a identidade dos povos africanos, as comunidades indígenas no Brasil enfrentaram – e ainda enfrentam – uma luta semelhante contra a tentativa de esquecimento e silenciamento de suas histórias, tradições e direitos. Ambos os casos representam uma violação da memória coletiva e a imposição de uma narrativa dominante, que marginaliza e desvaloriza as culturas e identidades minoritárias. Além disso, tem um aspecto em comum predominante: se inserem no contexto de expansão e conquista da economia pré-capitalista e capitalista em sequência.

Desde o início da colonização, os colonizadores enfrentaram certas dificuldades no território brasileiro adentro. Além de sua vastidão e longas distâncias, a riqueza vegetal e a presença de inúmeras populações indígenas eram alguns dos principais desafios encontrados pelos portugueses, em um processo de colonização lento e gradual. Algumas áreas mais longínquas do litoral, como nas regiões Norte e Centro-Oeste, foram gradualmente incorporadas à dinâmica econômica do país, principalmente a partir da década de 1930, em movimentos de interiorização e expansão da economia, como na *Marcha para o Oeste* do Estado Novo e, posteriormente, da Ditadura Civil-Militar. Porém, o interesse em expandir o território e conquistar os chamados “vazios demográficos” se iniciam antes da política do Estado Novo, como apontam Fregolet e Schneider (2023):

O interesse em torno da integração e da ocupação territorial não foi uma invenção do Estado Novo, ainda que, nesses anos, a questão tenha assumido grande centralidade em decorrência da política da Marcha para o Oeste. A construção de um olhar para Oeste esteve presente desde as primeiras décadas do século XX, manifesta em eventos como a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, a Comissão Rondon, as expedições dos médicos sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz, mas também em produções intelectuais presentes no movimento modernista e na historiografia produtora da mitologia bandeirante, que confirmam a força dessa agenda naquele período (Fregolet; Schneider, 2023, p. 276-277).

A obsessão pela ocupação e integração territorial para o Oeste nacional ganhou cada vez mais força ao longo dos anos, marcando diversos momentos significativos na história do Brasil. Projetos como as Colônias Agrícolas Nacionais (1941), a frente de expansão da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central (1943), a construção de Brasília (1956-1960) e a

rodovia Transamazônica (1972) exemplificam essa busca incessante por expansão e desenvolvimento em direção ao interior do país (Fregolet e Schneider, 2023).

Esses empreendimentos refletiam uma visão de progresso econômico e modernização, legitimada por uma narrativa ideológica que valorizava a conquista e a ocupação de novos territórios como símbolos de poder e nacionalismo, e postulavam o indígena como um ser “primitivo”, uma condição a ser superada. Essa mentalidade expansionista, enraizada na história do Brasil desde as primeiras décadas do século XX, encontrava respaldo em diversos setores da sociedade, desde a elite política até os intelectuais do movimento modernista, e a partir do discurso legitimador, as consequências vivenciadas pelas populações indígenas foram brutais e irreparáveis.

Tais consequências tem suas raízes nos processos de colonização, período em que se iniciou a expansão da economia capitalista. Durante a Ditadura Militar, em uma nova fase, a necessidade de expansão capitalista deu continuidade a processos violentos contra as populações indígenas. As políticas militares buscavam, a todo custo, “integrar” o indígena na sociedade brasileira, e anexar seu território à economia capitalista. Assim, não foram somente expulsos de suas terras em diferentes ocasiões, como foram sendo gradualmente afastados de seu modo de vida tradicional. A luta e resistência por suas terras e culturas atravessou os séculos, e até os dias atuais é fundamental para defender os direitos das populações indígenas.

Acontece que o indígena, diante da predatória expansão capitalista, se vê no meio do caminho entre as elites econômicas e o principal elemento de seu interesse: a terra, que é vital para a identidade cultural indígena, e parte crucial para o desenvolvimento, expansão e reprodução da economia capitalista. Assim, mesmo a Ditadura Militar ocorrendo em um contexto totalmente diferente da colonização portuguesa, observam-se continuidades no que tange ao modelo econômico implantado, em diferentes fases, mas com o intuito de se apropriar dos recursos naturais e da terra pertencente às populações indígenas.

Essa continuidade observada remonta às necessidades do capitalismo de se sustentar como o modo de produção dominante no Brasil. Conforme salientou Marx (1968), o processo de produção, independentemente da sua forma final, deve ser contínuo ou seguir periodicamente os mesmos estágios. Isso implica que, uma sociedade, para se manter, deve continuar a consumir e, conseqüentemente, a produzir.

Dessa forma, considerando a terra como um dos principais, ou o principal meio de produção de riquezas, a economia capitalista brasileira busca se expandir sobre as terras ainda consideradas “desocupadas” do ponto de vista da exploração econômica sob o viés desenvolvimentista. Essas terras não apenas abrigam populações indígenas, mas também diversos outros grupos, como ribeirinhos, quilombolas, camponeses etc. A história da expansão do

capitalismo no Brasil é intrinsecamente ligada à expropriação e apropriação de terras, sendo a violência o principal artifício para efetuar tais conquistas (Galeano, 2019).

A colonização abriu uma fenda entre nativos, brasileiros e mexicanos integrados ao sistema-mundo capitalista no Estado moderno colonial, à maneira de Ribeiro (2017). A defesa das terras indígenas e suas formas alternas de economia é um obstáculo ao crescimento e desenvolvimento do progresso capitalista (Rodrigues; Santana, 2020, n/p.).

Essa busca incessante por novas fronteiras econômicas, muitas vezes, como aponta Galeano (2019), é justificada sob a roupagem do desenvolvimento nacional e da modernização. No entanto, por trás desses discursos, escondem-se interesses econômicos e políticos que visam à acumulação de capital e ao controle dos recursos naturais. Nesse processo, as comunidades tradicionais que habitam essas regiões são frequentemente marginalizadas, tendo seus direitos ignorados, sua voz silenciada e sua existência esquecida. Podemos enxergar nessa continuidade um enredo que se desenrola ao longo da história, uma narrativa na qual os agentes de exploração dos recursos naturais, submetidos às potências capitalistas globais, perpetuam o sofrimento dos territórios indígenas durante a expansão incessante dessa economia.

Ao longo período ditatorial, o governo militar se baseou também no discurso voltado a uma suposta carência de recursos, justificando a "necessidade" e importância de realizar uma abertura no mercado nacional para investimentos de capital estrangeiro (Galeano, 2019). Esse discurso culminou em uma massiva retirada de comunidades indígenas de seus territórios, o que trouxe também uma degradação ambiental profunda e irreversível nas áreas sujeitas à exploração extrativista e agropecuária. Conforme Galeano (2019, p. 197) destaca, "na América Latina, é comum: sempre se entregam os recursos em nome da falta de recursos." Essa observação paradoxal ressalta a ironia subjacente à exploração sistemática dos recursos naturais, em que a justificativa da escassez, na realidade, resulta na entrega excessiva e prejudicial desses mesmos recursos.

É importante ressaltar, como destaca André Gunder Frank (1980), que diversas problemáticas em relação à expansão capitalista no Brasil ocorrem devido ao fato de que este modelo econômico não surgiu aqui, mas veio de fora. Logo, o Brasil, bem como a América Latina em geral, não tinha as bases materiais e sociais históricas para o desenvolvimento espontâneo do capitalismo.

Nesse sentido, a forma mais rápida e eficaz encontrada pelas elites econômicas do país para expandir e assegurar a economia capitalista, nos períodos colonial e da Ditadura de 1964, foi o uso da força e da violência. Assim, o indígena foi sendo retirado de suas terras e, conseqüentemente, de seu principal meio de sobrevivência e existência cultural. Nesse sentido, se de um lado a colonização serviu aos interesses estrangeiros, da metrópole portuguesa, e à dinâmica

de mercado da Europa, o regime militar em tela segue na mesma linha, servindo ao mercado internacional e intensamente condicionado pelo contexto histórico mundial.

A Ditadura Civil-Militar no Brasil, fortemente influenciada pela Guerra Fria e pelos interesses dos Estados Unidos na América Latina, consolidou um regime autoritário que promoveu a modernização capitalista às custas da violação dos direitos humanos e da expropriação das terras indígenas. Sob o pretexto de defender a democracia e os valores tradicionais brasileiros, os militares impuseram um controle cada vez maior sobre o território nacional, buscando favorecer tanto os interesses das elites locais quanto os das corporações estrangeiras. Essa estratégia envolveu a abertura das terras brasileiras para a exploração de recursos naturais por empresas como a *Hanna Mining Company*, em detrimento das populações tradicionais e indígenas (Davis, 1978; Trinidad, 2017; Galeano; 2019).

O período ditatorial testemunhou uma aceleração da exploração dos recursos naturais brasileiros por empresas estrangeiras, como exemplificado pela concessão das jazidas de ferro à *Hanna Mining Company*. A Ditadura Militar não apenas permitiu, mas muitas vezes facilitou, a aquisição de terras e recursos por parte dos estrangeiros, em detrimento das populações locais. A política de desenvolvimento da ditadura, embora apresentada como nacionalista, beneficiou principalmente o capital externo, marginalizando ainda mais os povos indígenas e tradicionais, que foram deslocados e oprimidos em nome do progresso econômico. (Davis, 1978; Oliveira, 1993; Trinidad, 2017; Galeano; 2019).

Ao mesmo tempo, a ditadura promoveu uma narrativa de desenvolvimento e modernização que ocultava os verdadeiros interesses por trás da exploração dos recursos naturais. O controle estrangeiro sobre a economia brasileira, especialmente por empresas norte-americanas, intensificou-se durante esse período, com o apoio explícito do regime militar vigente. Enquanto as elites locais e as corporações estrangeiras lucravam com a exploração dos recursos naturais, as populações indígenas e tradicionais sofriam as consequências da expropriação de suas terras e da violação de seus direitos fundamentais (Davis, 1978; Oliveira, 1993; Evangelista; 2018; Galeano, 2019; Neves, 2020).

Todo esse processo, inserido numa complexa totalidade histórica, foi articulado politicamente pelo governo colonial, assim como pelo governo militar. Ao postular a necessidade de conquistar os “espaços vazios”, sendo que tais espaços estavam ocupados pelas populações indígenas, e demais povos tradicionais, cria-se um projeto também articulado e sistematizado de esquecimento e silenciamento dessas populações, conceitos que serão abordados no próximo tópico.

3 TERRITÓRIO INDÍGENA E A QUESTÃO DO ESQUECIMENTO/SILENCIAMENTO

Ao se falar em um projeto de esquecimento e silenciamento das populações indígenas, é importante frisar que ele visa, principalmente, a conquista do território, mas não se limita a isso. Requer um discurso legitimador para respaldar a prática, como delineado por Haesbaert (2014). O reconhecimento do direito ao território é fundamental para os grupos indígenas reconstruírem suas identidades, como aponta o autor. A relação intrínseca entre território e identidade é evidente, sendo o reconhecimento do território uma forma de empoderamento (Haesbaert, 2014).

No entanto, a territorialização e demarcação podem levar ao silenciamento das comunidades indígenas, confinando-as a uma parte restrita do espaço natural. Durante o Regime Militar, a organização do território indígena estava ligada aos interesses capitalistas sobre a terra sob a perspectiva desenvolvimentista, tornando os povos indígenas mais vulneráveis à política integracionista do Estado (Pedroso, 1990; Bicalho, 2019).

A FUNAI desempenhou um papel significativo nas práticas de violência contra os grupos tradicionais, como evidenciado pela criação da Guarda Rural Indígena (GRIN) e do Reformatório Krenak, durante a Ditadura Militar. Esses projetos visavam conter a resistência indígena e restabelecer a ordem social (Valente, 2017). As ações estatais durante a Ditadura Militar convergiam para o uso e exploração da terra ocupada pelos indígenas, justificadas como necessárias para o desenvolvimento nacional (Cabral; Moraes, 2020). Os indígenas, considerados entraves ao desenvolvimento, eram relegados ao silenciamento, expulsos de seus territórios e compelidos a adotar os padrões do 'moderno', do urbano e do industrial (Trinidad, Oliveira, Bicalho, 2023).

Como discutido anteriormente, o avanço do "progresso" resultou na tomada dos territórios indígenas para obras de infraestrutura e expansão agrícola, enfrentando resistência que, muitas vezes, culminava em prisões, torturas e massacres (Pereira, 2018). O modelo econômico adotado pelo regime militar expropriou os recursos dos povos indígenas, tornando-os as primeiras vítimas das políticas governamentais (Davis, 1973). Em suma, durante a Ditadura Civil-Militar, as comunidades indígenas foram submetidas a práticas sistemáticas de expropriação de terras e recursos, resultando em consequências devastadoras para sua saúde, bem-estar e preservação cultural (Trinidad, Oliveira, Bicalho, 2023). O cenário revela uma profunda exploração e desconsideração pelos direitos das populações indígenas, cuja luta pela terra e sobrevivência foi marcada por violência e marginalização (Davis, 1973).

No sentido econômico, ao longo da Ditadura Civil-Militar, o Cerrado goiano emergiu como um importante centro agrícola, impulsionado pelo avanço do agronegócio, que se beneficiou das políticas estatais e das características naturais da região, contribuindo para a expropriação de

territórios indígenas. No entanto, o impacto ambiental desse processo foi significativo, representando uma ameaça para a sustentabilidade do ecossistema do Cerrado. A ausência de políticas de preservação dos biomas exacerbou esses efeitos, evidenciando uma priorização do desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental (Funes, 2013; Santos, 2016).

O abafamento das práticas invasivas e violentas durante a Ditadura é notável, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas, cujas terras foram tomadas e utilizadas para expansão capitalista. Nesse sentido, Ailton Krenak destaca a visão indígena, que não separa o ser humano da terra, contrastando com a abordagem predatória da sociedade de mercado, que valoriza apenas a produção econômica (Krenak, 2020).

Sendo assim, ao separar o indígena de seu espaço habitual de vivência e práticas culturais, promove-se um tipo de violência que atinge a existência histórica das populações tradicionais, gerando um silenciamento dessas populações e de sua cultura. Esse silenciamento é consequência de uma violência temporal que legitima o discurso dominante e omite as atrocidades cometidas contra os povos indígenas. Por estar associada à legitimação do discurso dominante, é o principal responsável por esse silenciamento, pois, tendo a classe dominante o controle sob os meios de produção intelectual, a consciência social está condicionada ao seu pensamento (Viana, 2007).

A omissão do Estado diante desses eventos reflete uma estratégia de ocultação das violações perpetradas, visando a manutenção do domínio capitalista. A sobreposição da "civilização" e do "progresso" sobre os territórios indígenas é um reflexo desse objetivo, que desconsidera a relação intrínseca entre os povos indígenas e a natureza. Essa dominação econômica se manifesta na dessacralização das terras indígenas e na imposição de uma nova cultura e valores sobre essas comunidades (Martins, 1979; Funes, 2013).

Percebe-se, com isso, que a institucionalização e sistematização da violência, de acordo com Brighenti (2015), ocorre pela ação e pela omissão. Pela ação, por meio de práticas violentas, das torturas e dos assassinatos decorrentes da disputa territorial e resistência dos indígenas frente à expansão capitalista durante a Ditadura. Por outro lado, pela omissão, por meio da ocultação de documentos, distorção da pessoa/coletividade indígena no imaginário coletivo da sociedade e imposição de uma nova cultura, valores e normas de conduta ao indígena.

Apesar das tentativas de apagar a presença indígena da consciência coletiva em Goiás, as lutas e resistências dessas comunidades permanecem vivas, mesmo em meio à escassez documental e ao silenciamento sistemático de suas histórias. A persistência desses povos em reivindicar seus direitos à terra e à continuidade de sua cultura evidencia uma resistência resiliente contra a violência histórica e contemporânea perpetrada pelo Estado e pelo capitalismo predatório. Assim, há um projeto sistematizado em silenciar e invisibilizar as populações indígenas e sua realidade

histórica. Apesar dos desafios enfrentados e dos danos irreparáveis causados, a resistência e a luta incansável dos povos indígenas não permitiram e não permite que esse projeto se concretize como vencedor. Ao contrário, eles continuam a manter viva sua cultura e tradições ancestrais, ainda que ressignificadas, e resistindo às pressões externas que ameaçam sua identidade e modos de vida.

CONCLUSÃO

Diante de análise histórica profunda sobre a relação entre a expansão capitalista no Brasil e a violência sofrida pelas populações indígenas, é possível concluir que a história desses povos é marcada por uma luta constante por (re)existência e identidade. Desde os tempos coloniais até os anos de ditadura civil-militar, e mesmo atualmente, as populações indígenas enfrentaram não apenas a expropriação de suas terras, mas também um processo de esquecimento e silenciamento imposto pelos interesses econômicos dominantes. Através da colonização e da ditadura, a tentativa de apagar a presença indígena da consciência coletiva foi evidente, refletindo-se em reduzidos registros documentais, na profundidade de abordagens acerca da realidade indígena e na marginalização de suas histórias e lutas.

No entanto, mesmo diante dessas adversidades, os povos indígenas permanecem resistindo às opressões externas e à expansão das atividades econômicas, mantendo viva sua cultura e tradições ancestrais. Portanto, é fundamental reconhecer a importância de se valorizar a diversidade cultural e étnica do Brasil, combatendo ativamente qualquer forma de violência, expropriação e silenciamento contra as populações indígenas. Somente através do reconhecimento e respeito à sua história e direitos é que podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os filhos dessa terra *brasilis* do passado, presente e do futuro, como se espera realmente que seja, uma terra feliz onde, não apenas idealmente, mas concretamente haja respeito e reconhecimento da diversidade sociocultural que nos é inerente.

REFERÊNCIAS

A PALAVRA DO ÍNDIO. 12ª Assembléia de Chefes - **Depoimentos e exigências da assembléia de chefes indígenas**. Goiás, 19 de dezembro de 1978. [documento digitalizado] Disponível em: <<https://www.docpro.com.br/>> Acesso em 31 de janeiro de 2024.

AMORIM, Eduardo Guedes de. **Aruanã**. Goiânia: Editora Oriente, 1973.

BICALHO, Poliene dos Santos. Resistir era preciso: O Decreto de Emancipação de 1978, os povos indígenas e a sociedade civil no Brasil. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 136-156, jan./abr. 2019.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n.32, p. 103 –120, set./dez. 2015

CABRAL, Rafael Lamera Giesta; MORAIS, Vitória Larissa Dantas de. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar: tensões sobre o desenvolvimento e violação de direitos humanos. **Direito & Desenvolvimento** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito- Mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável, v. 11, n. 1, jan/jun, 2020.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do milagre**: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre direitos humanos no mundo. **Revista Ars Historica**, ISSN 2178-244X, nº17, Jul/Dez 2018, p. 18-36.

FERREIRA Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, Janeiro/Abril 2014.

FREGOLET, T.; SCHNEIDER, A. L. 1940: o ano que o Brasil oficial se voltou para o Oeste brasileiro. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 275–295, 2023.

FUNES, Eurípedes. Sertão Cerrado. In: SILVA, S.; PIETRAFESA, J.; FRANCO, J.; DRUIVIMOND, J.; TAVARES, G. (Orgs.). **Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. PUC/Gráfica e Editora América, 2013.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad: Sérgio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&MP, 2019.

GUNDER FRANK, Andre. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Editora brasiliense: 1980.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. - 1º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Karajá de Aruanã. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (org.). **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006.

MARTINS, José de Souza. A emancipação do Índio e a emancipação da terra do índio. In: **HISTÓRICO DA EMANCIPAÇÃO**. São Paulo. 1979. Comissão Pró-Índio/SP. 1. ed. São Paulo: Ed. Parma Ltda, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica e economia política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Vol. II. Trad.: Reginaldo Sant’Anna.- 8 ed. - São Paulo: Difusão Editorial S.A, 1968.

MEDRADO, Joannes de Souza. Povo **Karajá de Aruanã/GO**: território e vida indígena. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **O discurso dos planejadores na Amazônia e a cultura política de realização**. Secuencia, México, n. 108, 2020.

NUNES, Eduardo S. **Transformações Karajá**: os “antigos” e o “pessoal de hoje” no mundo dos brancos. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NUNES, Eduardo S. O território das onças e a aldeia dos brancos: lugar e perspectiva entre os Karajá de Buridina (Brasil Central) », **Journal de la Société des américanistes** [En ligne], 99-2. 2013.

OLIVEIRA, A. U de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1993.

PEDROSO, Dulce Madalena R. **Avá-Canoeiro**: a terra, o homem, a luta. Goiânia: Ed. UCG, 1990.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos. **Genocídio indígena no Brasil**: o desenvolvimentismo entre 1964 e 1985. Curitiba: Juruá, 2018.

PORTELA, Cristiane de Assis. **Nem ressurgidos, nem emergentes**: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã-GO (1980-2006). Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. UFG, Goiânia, 2006.

RODRIGUES, Clayton Emanuel; SANTANA, Cleildes Marques de. Reprodução colonial capitalista e resistências indígenas: estudo comparativo entre Brasil e México. **Configurações** [online], 25 | 2020.

SANTOS, Alex Mota dos. Choques de territorialidades nas terras indígenas de Goiás/Brasil. **Revista Territorial** - Goiás, v.5, n.1, p.50-64, jan./jun. 2016.

SOUZA, Eric Ferreira de; CALÇAVARA, Lilian Bradnt (orgs.). **Narrativas Karajá**. Palmas, TO: IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

SILVA, Lorrane Gomes da; LIMA, Sélvia Carneiro de. O povo Indígena Karajá de Aruanã/GO: ressignificações socioculturais. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 155-169.

SILVA, Lorrane Gomes da; LIMA, Sélvia Carneiro de. NAZARENO, Elias. O povo Karajá de Aruanã-GO/Brasil: turismo, território e vida indígena. **Tempos Históricos**, v. 23, 1º semestre de 2019, p. 216-240.

TRINIDAD, Carlos Benítez. **A questão indígena sob a ditadura militar**: do imaginar ao dominar. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2018, v. 43, n. 1: 257-284.

TRINIDAD, Carlos Benítez. **Um espejo em medio a um teatro de símbolos**: el indio imaginado por el poder y sociedad brasileña durante la dictadura civil-militar (1964-1985). 2017. 537 f. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

TRINIDAD, Carlos Benítez; OLIVEIRA, Maria Eduarda; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. A questão indígena sob a Ditadura Militar e seus desdobramentos em Goiás. In: BICALHO, Poliene S. S. MOURA; Marlene Ossami de; INY-KARAJÁ, Vanessa Hãtxu. (Orgs.). **Povos Originários**. Goiânia, Edições Goiás +300, 2023.

VIANA, Nildo. **A Consciência da História**: ensaios sobre o Materialismo-Histórico Dialético. - 2º ed. - Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

Direitos autorais 2024 – Revista de Direito Socioambiental – ReDiS

Editores responsáveis: Thiago Henrique Costa Silva



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.